

População em Situação de Rua: por uma perspectiva de viabilização de direitos

Population in Street Situation: from a perspective of feasibility of rights

Francieli Caroline Sarti¹
Francieli Ayune Godoi Yamaguti²
Tamires de Carvalho Caldeira³
Lívia Marinho de Moura⁴
Cleide Henrique Avelino do Valle⁵

RESUMO

O presente artigo tem a proposta de compreensão da realidade da população em situação de rua, contextualizando a organização da sociedade por um sistema econômico desigual, no qual a população é estratificada e condicionada a viver de acordo com as necessidades do modo de produção capitalista. Nessa modelo organizacional, o trabalho, vinculado às exigências produtivas e econômicas, é o ponto central do estudo, haja vista que a ausência dele é um dos principais impulsionadores para as desigualdades sociais existentes no cenário contemporâneo. As indústrias não conseguiram absorver os trabalhadores na mesma velocidade em que foram descartados do campo, ocasionando uma grande situação de pauperismo. A população em Situação de Rua está interligada nesse processo de transição do sistema capitalista, e encontra-se vinculada diretamente com a classe trabalhadora que quando não absorvida pelas empresas é obrigada, circunstancialmente, a viver em condições subumanas, além de sofrer criminalização pela sociedade pelo modo de vida que passa a ter, dependendo na maioria dos casos, da caridade pública. Com o grande aumento dessa população, que utiliza as ruas como espaço de moradia, políticas públicas passam a ser pensadas para que esse indivíduo tenha seus direitos garantidos de forma concreta. Assim sendo, essa pesquisa visa entender políticas, programas e serviços voltados para essa população.

¹ Graduanda 7º termo de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Graduanda 7º termo de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Graduanda 7º termo de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Assistente Social, Doutora em Serviço Social, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialista em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

Palavras-chave: População; Desigualdade; Pauperismo; Capitalista; Políticas.

ABSTRACT

The present article has the proposal of understanding the reality of the population in a street situation, contextualizing the organization of society by an unequal economic system in which the population is stratified and conditioned to live according to the needs of the capitalist mode of production. In this organizational model, work, linked to productive and economic demands, is the focus of the study, since its absence is one of the main drivers of social inequalities in the contemporary scenario. The industries failed to absorb the workers at the same speed as they were discarded from the field, causing a great situation of pauperism. The population in Street Situation is interconnected in this process of transition of the capitalist system, and is directly linked to the working class which, when not absorbed by the companies, is obliged circumstantially to live in subhuman conditions, besides suffering criminalization by society for the A way of life which, in most cases, depends on public charity. With the great increase of this population, which uses the streets as a space for housing, public policies are being considered so that this individual has his rights guaranteed in a concrete way. Therefore, this research aims to understand policies, programs and services aimed at this population.

Keywords: Population; Inequality; Pauperism; Capitalist; Policies.

Introdução

O desenvolvimento da pesquisa percorreu sobre o tema população em situação de rua e teve como principal objetivo conhecer a realidade da População em Situação de Rua, seu surgimento, algumas particularidades e especificidades em um contexto Capitalista e, conseqüentemente, em uma sociedade fragmentada em classes.

Para a concretização da pesquisa, foi necessário apreender as motivações que levam o sujeito a viver em situação de rua, sendo essas, na maioria das vezes, condições precárias de sobrevivência. Dentro dessa perspectiva, foi feito um estudo teórico bibliográfico e observações realizadas por outros autores e pesquisadores sobre o tema proposto.

Houve a necessidade de contextualizar o ser humano e sua principal atividade laborativa na sociedade capitalista, pois pressupõe o trabalho como

centralidade na vida do ser humano em diferentes contextos históricos, o que resultou em diversas transformações na sociedade.

Partindo do ponto de vista de que o Capitalismo foi instaurado como uma nova ordem social em um determinado momento histórico, seus resultados positivos e negativos indagam sobre a importância do trabalho para o homem em sua inserção social, ou seja, o homem sendo ajustado para esse novo modelo e não esse sendo adaptado para as necessidades do homem.

Referente sobre os novos meios de sobrevivência da chamada classe trabalhadora, na era pré-industrial, o primeiro capítulo também irá discorrer sobre a ausência e a precariedade do trabalho no Capitalismo, em que contexto isso ocorre e as consequências para a parcela que sofre com esses fatores.

Nessa perspectiva, a população em situação de rua insere-se, fundamentalmente, nessas ações, tendo em vista que, por muito tempo essa ficou à margem das prioridades do Estado e da sociedade.

A centralidade do trabalho na vida humana

Conforme Silva (2009), o que difere o ser humano dos outros animais é o trabalho. A partir desse raciocínio, entende-se que o homem apropria-se dos recursos naturais que a natureza oferece-lhe para transformá-la, atendendo suas necessidades físicas para desenvolver suas potencialidades ao produzir meios de sobrevivência.

Engels (2005 *apud* SILVA, 2009, p. 41) diz,

Só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servi-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que mais uma vez resulta do trabalho.

O trabalho humano, antes de ser realizado, é projetado. O homem projeta, em sua mente, algo que tenha como resultado final uma matéria na qual se beneficie e satisfaça. A diferença entre os seres humanos e os demais animais é

que, ao utilizar os meios da natureza, o homem faz este uso de forma consciente.

Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 40) cita,

Desse modo, o trabalho humano, como atividade do processo de produção social dos meios de vida dos seres humanos, é um elemento estruturante da sociabilidade humana e um distintivo dos seres humanos em relação aos demais seres, sendo central na formação de sua consciência e na determinação de seu modo de vida.

Sob este olhar, entende-se que o trabalho possui centralidade no universo das atividades humanas, sendo uma necessidade natural para que a existência humana mantenha-se.

Sobretudo o trabalho como atividade concreta em seu processo, é um procedimento que, conscientemente, transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, seja este material ou outras necessidades historicamente construídos.

O objeto, para ser considerado mercadoria, precisa servir como tal, ser útil por meio de troca; não há como algo ter utilidade se não agregar valor.

Como valores, de uso, as mercadorias possuem qualidades diferentes (carro, colheres, máquinas fotográficas, etc), atendem a necessidades diferentes e enfatizam a forma especial do trabalho que lhe foi aplicado (o trabalho do arquiteto, do artesão, do engenheiro, etc). Como valores de troca, só podem diferir na quantidade. Porém, todas as mercadorias se igualam por possuir uma propriedade comum, o trabalho humano nelas materializado. (SILVA, 2009, p. 45)

No Capitalismo, o dinheiro não é o suficiente. Silva (2009, p. 46) afirma que são necessários dois passos a serem realizados,

O primeiro é a conversão do dinheiro que exercerá a função de capital em meios de produção e força de trabalho. O segundo passo ocorre na produção mediante a transformação dos meios de produção em mercadoria, cujo valor seja superior à soma dos valores das mercadorias necessárias para produzi-la: os meios de produção e a força de trabalho.

Após este processo, as mercadorias vão para o mercado para serem

vendidas e ter seus valores atribuídos em dinheiro, para que possam ser novamente convertidas em capital.

De acordo com Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 48),

Para transformar dinheiro em capital, não basta a existência da produção e da circulação de mercadorias. É necessário haver, antes, de um lado, possuidor de valor ou de dinheiro, e de outro, possuidor da substância criadora de valor; de um lado, possuidor dos meios de produção e dos meios de subsistência, e, do outro, possuidor apenas da força de trabalho, tendo ambos se encontrado como comprador e vendedor.

O capital tem o poder sobre os meios de produção e utiliza a força de trabalho da classe trabalhadora para gerar seu lucro, resultando a mais-valia. Em contrapartida, o proletariado vende sua mão de obra para o investidor por não obter poder sobre a produção; como troca, recebe dinheiro para manter sua sobrevivência. Desta forma, submete-se às condições do sistema capitalista.

Todo esse processo foi construído historicamente e marcado pela decomposição da estrutura econômica da sociedade feudal, na qual se originou a sociedade capitalista.

O trabalhador não representa valor para o capital; ele apenas vende sua força de trabalho, possibilitando ao comprador o direito de apropriar-se dela da forma que lhe favoreça.

As forças produtivas do trabalhador são medidas a um valor como o de qualquer mercadoria, o que equivale para mensurar este valor é o trabalho humano socialmente gasto na cultura do produto que, por fim, trará condições de lucro ao capitalista.

Desse modo, o valor da força de trabalho é atribuído pelo tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência de seu possuidor e de seu núcleo reprodutivo, ou seja, é determinado pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução. (SILVA, 2009, p. 50)

O proletariado é essencial para a produção capitalista; por esse motivo, o capital apropria-se de estratégias para mantê-lo em seu processo de produção, dando a ele meios de subsistência necessários para que se sinta satisfeito em suas

necessidades naturais, além de possibilitar condições para que, dentro de seu convívio familiar, esteja seguro em relação à aquisição de seu sustento e procriação, sendo seus filhos os futuros trabalhadores a serem explorados pelo capitalismo.

Sobre o limite do tempo da jornada de trabalho, o possuidor da mão de obra estabelece o tempo de modo que não prejudique as necessidades naturais do trabalhador, como dormir, comer e vestir-se, além das relações sociais. Todo este processo diversifica-se de acordo com cada país e com sua cultura socialmente construída no processo de civilização.

Como citado anteriormente, o trabalho humano é central na história da sociedade. Silva (2009, p. 53) afirma que: *O trabalho é indispensável à manutenção da vida, além de ser elemento estruturante da sociabilidade humana.*

É pelo trabalho que o homem é reconhecido como ser social. No Capitalismo, a força de trabalho é a mercadoria especial, pois a fonte do dinheiro advém deste processo.

O proletário, por sua vez, será um trabalhador assalariado e alienado, pois a sociedade capitalista explora e submete-o às leis do capital.

Segundo Harvey (2004 *apud* SILVA, 2009, p. 54), *É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias.*

O homem submete-se a esse processo capitalista para sobreviver enquanto indivíduo na sociedade, vendendo seu trabalho para gerar a produção de mercadorias, sendo o detentor patrimonial do capital.

A Importância do Trabalho na Inserção Social

O contexto do capitalismo foi permeado por crises, devido a situações peculiares e o desenvolvimento sócio histórico que o resultou. HARVEY (2004 *apud* SILVA, 2009) aponta três condições que, de acordo com ele, são incongruentes para garantir um avanço estabilizado. A primeira é direcionar para o desenvolvimento e assegurar lucros para manter a acumulação do capital; a segunda é o progresso como base na exploração do trabalho; e a terceira, a

dinamicidade tecnológica e organizacional.

A incapacidade de ajuste destas situações faz do Capitalismo um modo de produção com vertentes a crises que desestruturam a sociedade e sua base. Tal fato ocorre devido á produção excedente mediante necessidades sociais como o pauperismo. As crises nos anos de 1930 e 1970 foram características desse modelo.

Com a finalidade de compreender esse processo, é crucial que se entenda o que é acumulação primitiva, um aspecto próprio do modo de produção capitalista.

São utilizados meios para que este processo estabeleça-se de forma concreta, porém desigual. O capital utiliza-se de estratégias para atrair o trabalhador, ora aumentando, ora diminuindo sua produção, deixando o proletário disponível para quando dele necessitar. Tal articulação não beneficia a classe trabalhadora, que fica a mercê do sistema, não tendo alternativa a não ser submeter-se a condições precárias.

Conforme Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 50-51),

Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ele proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis da expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro incremento da população.

O desemprego, de modo geral, estabelece o exército industrial de reserva, sendo de interesse do próprio Capitalismo.

Em um demarcado tempo para um desempenho do sistema de produção capitalista, assegurar o processo de acumulação é fundamental para que uma parcela da população ativa continue desempregada.

A imposição de acumulação do sistema capitalista excede a oferta de trabalho, ocasionando aumento dos salários, não sendo benéfico ao possuidor dos meios de produção, pois sua finalidade é aumentar seu capital. As condições para esse processo estabilizar-se devem propiciar a produção da mais valia, um índice

cada vez mais eminente, o que presume o trabalho não pago incluído ao valor das mercadorias.

Quanto maior é a acumulação (riqueza social), maior é também o contingente industrial de reserva. Quanto maior é o exército industrial de reserva em relação ao exército industrial em atividade, maior é a super população relativa. Essa é a mais miserável, quanto menos é absorvida pelo mercado de trabalho. Quanto maior a superpopulação relativa e o exército industrial de reserva, maior é o pauperismo. (SILVA, 2009, p. 52)

A subsistência do exército industrial de reserva é a origem de progresso estrutural do capitalista que aumenta sua respectiva reprodução na acumulação do capital.

Diante da expansão do trabalho pago, existe diminuição do índice de mais valia, impossibilitando o capital de articular tendências para impedir o acréscimo salarial.

Ao pronunciar-se sobre mutações recentes do mundo do trabalho, Antunes (2006 *apud* SILVA, 2009) explica que, devido à concorrência entre os capitalistas e sua necessidade de controle, esses fatores contribuíram para o desencadeamento de crises internas e externas, resultando em conflitos na organização do capital e trabalho.

O contexto da ausência e da precariedade do trabalho

O Capitalismo apropriou-se, ao longo dos anos, das diversas crises políticas e econômicas para permanecer como poder na sociedade.

[...] entre tantas destruições de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que se encontra hoje na condição de precarização ou excluída. (ANTUNES, 2000, p. 167)

A necessidade do Capitalismo em estar concretizado em escala global faz com que o sistema use de estratégias para sua expansão, abarcando um número cada vez maior de consumidores. Sua ordem permanente necessita que sua produção flexibilize-se diante do contexto existente, mantendo assim seu poder

hierárquico sobre os dependentes diretos de seus meios de produção.

A competitividade existe entre diversos continentes e os meios econômicos que sustentam suas bases permitiram inovações nos meios de produção. Aquisições tecnológicas facilitaram a produção e, ao mesmo tempo, tornam a mão de obra do trabalhador cada vez menos utilizada, tendo que se adequar aos novos meios, qualificando-se para permanecer no mercado de trabalho.

É importante ressaltar a desigualdade entre as nações e seus meios de produzir. Países pequenos e enfraquecidos economicamente não têm a mesma condição de expansão frente aos desenvolvidos nesse segmento. Tais fatores contribuem para que esses territórios com menos recursos financeiros dependam e subordinem-se aos demais, aceitando suas condições para estar no meio do fluxo de mercado, mesmo que de forma minimizada. A fragilidade estrutural dos países menos desenvolvidos política e economicamente afeta diretamente a classe trabalhadora tendo, suas condições de vida cada vez mais precarizadas.

A classe trabalhadora sofre diretamente as consequências da expansão do capital e de suas transformações no seio do processo de produção.

São vários os fatores que afetam isso: a vigência dos modelos fordista e taylorista, que trazem, em seus sistemas de produção na indústria, características de fabricação em massa e acumulação flexível, e que ambos, durante o contexto histórico de produção do Capitalismo, reduziram a quantidade de trabalhadores da indústria. Dentro da precarização do trabalho, os trabalhadores são a categoria que sofre diretamente. Antunes (2000) aponta três segmentos importantes da categoria, os terceirizados, subcontratados e os trabalhadores temporários.

As transformações advindas da crise que atinge o mundo do trabalho são resultados das mudanças econômicas, políticas e sociais, afetando diretamente a classe trabalhadora. É visível que, diante das consequências desse processo, a classe trabalhadora, nas piores condições de sobrevivência, consegue reinventar-se e mostrar, através de suas manifestações como superar os obstáculos excludentes do Capitalismo. Contudo, as formas de trabalho resultantes e impostas

contra a vontade do trabalhador resultam na precariedade e desregulamentação de conquistas.

O desemprego, a precariedade social e econômica faz com que o cenário transforme o sujeito produtivo a quem que vive à margem da sociedade, que encontra, a cada dia, dificuldades para restabelecer os laços sociais.

A Formação da População em Situação de Rua na Sociedade Capitalista

O sistema capitalista pressupõe a separação entre a força de trabalho e a posse dos meios de produção. Desse modo, a produção capitalista só existe quando as condições de transformar o dinheiro em capital são dadas, ou seja, quando o possuidor dos meios de produção e de subsistência pode encontrar o trabalhador livre no mercado, vendendo sua força de trabalho.

O trabalho ocupa o centro das transformações do homem na sociedade capitalista, tendo em vista as mudanças que ocorreram a partir do século XVI, cuja base consiste na substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista.

A estruturação desse sistema é realizada a partir dos sujeitos desse processo; o capitalista sendo o dono do capital e dos meios de produção e o proletariado, que detém a força de trabalho e vende-a como forma de sobrevivência. (SILVA, 2009)

Nesse processo estrutural, é visível a existência de duas partes ou classes da sociedade divididas antagonicamente; de um lado aqueles que detêm o poder de produção e seus meios, e do outro os que necessitam desses meios para trabalhar, vendendo sua riqueza, a força de trabalho a troco de dinheiro para consumir e sobreviver nessa sociedade, sendo este dinheiro inferior ao que se produz.

A divisão de quem mantém o poder sobre a indústria e o sujeito que vende sua força de trabalho a troco de dinheiro serve como base na constituição do modo de produção do Capitalismo.

Ao longo do processo do Capitalismo, é possível verificar que a população em situação de rua encontra-se parceira da classe trabalhadora e que a causa

estrutural desse fenômeno situa-se nas bases do formato industrial da sociedade capitalista, iniciando, como Marx denomina, acumulação primitiva.

O capitalismo visto como uma nova forma de estruturação social tem início a partir da expropriação dos camponeses e dos produtores rurais de suas terras. Estes tinham como alicerces de sua existência as instituições feudais nas quais trabalhavam, moravam e sobreviviam. A partir da expropriação de seus meios de produção e sobrevivência, foram obrigados a mudar e procurarem outros meios que suprissem suas necessidades.

A expropriação do produtor rural e dos camponeses que ficaram privados de suas terras constitui a base da história da acumulação primitiva que deu origem à produção capitalista. (SILVA, 2009, p. 94)

O processo de expropriação contribuiu para a formação da classe trabalhadora na sociedade capitalista, a produção feudal exercida em toda a Europa durante o período histórico do século XI ao XV tinha como uma de suas características consideradas por Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 94) *a partilha de terras entre os camponeses.*

A estruturação desse período era variada, sendo que os camponeses trabalhavam nos feudos e tinham um pedaço de terra para sua subsistência e moradia; muitos desses eram considerados pobres herdeiros e serviam às propriedades da Igreja, sendo essa, grande mantenedora de bens na época.

Durante esse processo de expropriação, o Estado e a Igreja também tiveram suas terras e bens arrebatados, conforme cita Silva (2009, p. 94-95),

A reforma no século XVI provocou saques violentos aos bens da igreja. Nesse contexto, as terras da Coroa ou do Estado também foram privatizadas. Foram presenteadas, vendidas a preços insignificantes ou mesmo roubadas mediante anexação a propriedades de particulares. Esses e outros processos de expropriação por meio da violência e fraudes constituíram a chamada acumulação primitiva [...]

Esse novo sistema não foi capaz de absorver todos, seja pela nova estrutura de trabalho e suas regras ou pela estrutura dos centros industriais que não comportavam a multidão, dificultando ainda mais a adaptação desses.

Os que foram expulsos de suas terras não foram absorvidos pela indústria

nascente com a mesma rapidez com que se tornaram disponíveis [...] (SILVA, 2009, p.95). Aqueles que não foram absorvidos por essas ou demais circunstâncias iniciaram um processo de pauperismo. Tais consequências fizeram com que o sujeito fosse obrigado a aceitar condições de subempregos, geralmente péssimas.

O enorme contingente de pessoas que não se adaptaram a esse processo teve como consequências leis severas que as obrigavam a exercer atividades como forma de punição e de adequação ao novo modelo.

Todas as dificuldades encontradas para a adaptação dessa nova ordem social resultaram em consequências decisivas no processo do Capitalismo; de acordo com Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 95), [...] *muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias.*

Diante de tais fatos históricos, é possível constatar que as condições construídas foram determinantes para o processo de pauperismo da sociedade capitalista e que o contexto histórico interliga ao que hoje chama de população em situação de rua.

Considera-se que essa população, ao longo da história, foi resultado da exploração do capital ao trabalho, contribuindo para que o pauperismo se estendesse por toda a Europa. Marx (1988 *apud* SILVA, 2009, p. 97) caracteriza-a como: [...] *aquela parcela da classe trabalhadora que perdeu a condição de sua existência, a venda da força de trabalho e vegeta na base da caridade pública.*

Para que o Capitalismo tivesse consolidada sua produção, sua demanda deveria ser maior, aumentando assim o número de trabalhadores que necessitavam dos meios de produção para vender sua força de trabalho. Diante dessa oferta e procura, a classe trabalhadora é a parte mais enfraquecida frente ao capital, visto que é ele quem cria estratégias e manobra o mercado para ter como resultado seu lucro, deixando o detentor da força de trabalho vulnerável às suas necessidades.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo quebra as resistências à criação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, que mantém a

oferta e a procura de trabalho e também os salários em sintonia com as necessidades de expansão do capital. (SILVA, 2009, p. 97)

Tais fatores tornam claro o total poder que o capitalista tem sobre a classe trabalhadora. As estratégias de mercado fazem com que o capital transforme segmentos da sociedade em um enorme exército de reserva disponível para sua expansão; ou seja, o exército industrial de reserva dá impulso à falta de trabalho, essencial para que o homem sobreviva.

A população em situação de rua vincula-se a todo esse processo de acúmulo que ultrapassa a capacidade de absorção que o Capitalismo tem frente ao grande número de pessoas que dependem dele.

Está diretamente vinculada à classe trabalhadora que, não sendo absorvida pela expansão do capital, é obrigada a sobreviver em condições precárias. Muitas vezes sofre discriminação pela condição à qual foi impulsionada, além da criminalização sofrida por estes que sobrevivem em um modelo cada vez mais excludente.

Dessa forma, fica visível quanto o capitalismo mantém o domínio sobre o mercado e pela classe trabalhadora, que é explorada e descartada de acordo com os negócios realizados pelos donos dos meios de produção, priorizando apenas a permanência de quem oferece a mão de obra necessária no determinado momento de sua produção.

Conclusão

Dentro do processo de produção capitalista, o investidor apropria-se, de forma exploratória, da força de trabalho da classe subalterna para o aumento do acúmulo de sua riqueza.

Na atualidade, a reinserção do trabalhador em outro ambiente de trabalho demora a acontecer, principalmente pela escassa oferta e grande procura de emprego, resultando na precariedade do trabalho. Forma-se um enorme contingente de trabalhadores que se sujeitam a trabalhar em qualquer situação para conseguir adquirir o sustento de sua família.

Na sociedade moderna, é notável grande parte dessa exclusão, sendo o Capitalismo o maior interessado por esse exército de reserva.

Devido à falta de emprego, as pessoas passam a migrar do seu espaço de sobrevivência para outros centros urbanos que possibilitem um trabalho para suprir suas necessidades básicas.

Esse desenraizamento resulta a esse sujeito diversas situações, sendo algumas delas o rompimento dos laços familiares e a perda de moradia.

A População em Situação de Rua adequa-se a esse perfil, não sendo por vontade própria de estar na situação de rua, mas por consequência de diversos fatores, como os principais, a perda do trabalho e o uso de substâncias psicoativas. Encontram-se circunstancialmente nessa situação por terem seus vínculos familiares rompidos ou fragilizados, possuindo em comum, a indigência extrema.

Essa população encontra-se em maior quantidade em grandes centros urbanos, pois acreditam que encontrarão maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. Grande parte desses empregos oferecidos são precários, pois essas pessoas não possuem o perfil que as empresas capitalistas exigem; são destinados a trabalharem em setores em que poucos atuam, seja por não terem concluído os estudos ou não lidarem com a tecnologia. Sofrem preconceito pela sua condição de estar na rua, sendo esta população sobrando, sem qualquer amparo advindo da sociedade.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome aponta que o índice da População em Situação de Rua que possui trabalho informal chega a 52,6%, sendo, sua renda, de 20,00 a 80,00 semanalmente.

Os principais postos de trabalho são coleta de materiais recicláveis, construção civil, limpeza, carregadores, estivadores e cuidadores de carros, conhecidos popularmente como flanelinhas. A minoria que vive em situação de mendicância é de apenas 15%.

A população em situação de rua habita, frequentemente, os espaços públicos, casas desabitadas, jardins, praças e outros locais. Preferem, muitas vezes,

dormir nas ruas mesmo com medo, pois os espaços oferecidos como albergues e abrigos possuem regras para as quais estes não se adequam; alguns exemplos são: horário de entrada e a proibição do uso de álcool e drogas.

Ficar na rua é um termo usado para identificar pessoas que vêm ou são de outras cidades, perderam o emprego e, circunstancialmente, não têm condições de pagar pensões ou não conseguem vagas em algum serviço de acolhimento. Demonstram medo de dormir na rua e rejeitam ser identificados como moradores de rua.

Estar na rua é a população que está desalentada, usa as ruas e não as considera tão perigosas; estabelece relações com outras pessoas que estão na mesma situação. Procura empregos e “bicos” para obter algum dinheiro e, quando consegue, procura pensões para habitar; utiliza locais e entidades sociais para adquirir comida. Não gosta de ser identificado como população de rua e sim desempregado.

Ser da Rua e ser pertencente, definitivamente à rua, mudando apenas os espaços nos quais sobrevive. O número de pessoas nessa situação tem aumentado subitamente, trazendo inquietações para que melhorias sejam feitas, principalmente na qualidade de vida e emancipação, propiciando a este segmento da população a inserção social em uma sociedade que o exclui.

Portanto, conclui-se que políticas públicas começam a ser pensadas e impostas para que essa população passe a ser atendida de acordo com suas necessidades, possibilitando-lhe uma nova perspectiva de vida, reinserindo-a na comunidade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho*: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social*: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, atualizada até emenda 56/07.

_____. *Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-10/2009/Decreto/D7053.htm> Acesso em : 05 set. 2016.

_____. *Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome – MDS. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, 2010.

_____. *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília: maio de 2008. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em 06 set. 2016.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *Sumário Executivo: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*, 2008. Disponível em: <<http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Assistência Social*, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/assistencia-social>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

_____. *Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, vol. I, 2011.

_____. *Orientações Técnicas - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua*. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, vol. III, 2011.

_____. *Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua*. Brasília. Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, vol. II, 2011.

_____. *Política Nacional de Assistência Social: PNAS*, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 25 nov. 2009.

MARTINS, José S. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 20. ed. vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *O Capital*. Vol. I. Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidades Humanas: Subsídios à crítica dos mínimos sociais*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Cleisa M. M. *Vidas de Rua*. São Paulo: Hucitec: 2005.

SILVA, Maria L. L. *Trabalho e População em Situação de Rua*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Raimunda. C. A. *A Política de Assistência no Brasil: limites e desafios para sua materialização*, 2013. Disponível em:

<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo8-direitosepoliticaspUBLICAS/apoliticadeassistenciasocialnobrasil-limitesedesafiosparasuamaterializacao.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

SPOSATI, Aldaíza. *A Menina LOAS: Um processo de construção da assistência social*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.